



A Questão Israel X Palestina

Edmar Antonio Brostulim
Aluno do PET Ciências Sociais da UFPR



Não é fácil tratar a questão do conflito entre Israel e Palestina, ela compreende uma série de fatores que não nos permite uma posição automática de um lado ou outro. Ainda que vários pontos entrem na discussão, o conflito é um problema essencialmente político, por tratar da questão entre os “verdadeiros” donos da terra do Oriente Próximo, onde hoje se localiza o Estado de Israel e o Território Palestino.

É importante, no entanto, situar historicamente o conflito. Ele tem raízes recentes, que datam do início do século XX, quando da proposição da criação de um Estado Nacional para os judeus, dispersos pelo mundo. Neste sentido, a proposição de uma guerra que se arrasta milenarmente de um lado contra outro, não faz sentido. Tanto é que, em meados do século VI, judeus e árabes conviveram pacificamente na península Ibérica e também em colônias rurais no Oriente Médio, de maioria muçulmana.

Como já dissemos anteriormente, a questão é essencialmente política. Vejamos porque.

No século XIX, a região do Oriente Médio era dominada pela Inglaterra. Vamos lembrar que estamos no auge do Imperialismo, e o Império Britânico estende seus domínios na África e Ásia. Não era diferente com a Palestina, região historicamente marcada desde a Antiguidade como entreposto comercial. Basta lembrarmos de que a região sempre foi ponto de passagem do Ocidente (Europa) para o Oriente (Ásia e Extremo Oriente, como China e Japão). No final do século XIX, a região era chamada de “Grande Síria”, compreendendo além da Síria, Líbano e Jordânia, sob controle britânico e em alguma medida, francês. Neste mesmo momento, na Europa, o recém criado movimento sionista (1897), procurava apontar a necessidade do retorno dos judeus a sua terra natal, o que era feito através de grandes ondas de migração estabelecendo as famílias judaicas em colônias agrícolas. A Inglaterra apóia e financia este processo, e em 1917, o ministro do exterior inglês afirma que “o governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento de um Lar Nacional para o povo judeu na Palestina e empregará todos os seus esforços para facilitar a realização desse objetivo, estando claramente entendido que não se fará nada que possa acarretar prejuízos aos direitos civis e religiosos das comunidades não-judias da Palestina”.

Pensemos no seguinte: Como é possível criar, sem conflito, um novo país para uma população dispersa pelo mundo numa região onde já existe outra população estabelecida? A resposta indica que não seria possível, e é o que de fato se verifica historicamente.

A Inglaterra financia então a migração e o armamento dos judeus para seu fortalecimento e enfrentamento com os árabes. Em 1937, os ingleses propõem pela primeira vez a partilha da terra ocupada entre judeus e árabes. O conflito se agrava ainda mais com o estouro da Segunda Guerra Mundial e da perseguição aos judeus, que migram para a Palestina, de acordo com pesquisas, em torno de 150 mil judeus entram na palestina no período de 1939-1945. Neste mesmo período, surgem o *Irgum* e o *Stern*, grupos terroristas judeus que atacam os palestinos e também os britânicos, visando estabelecer a autonomia dos judeus assentados na Palestina.

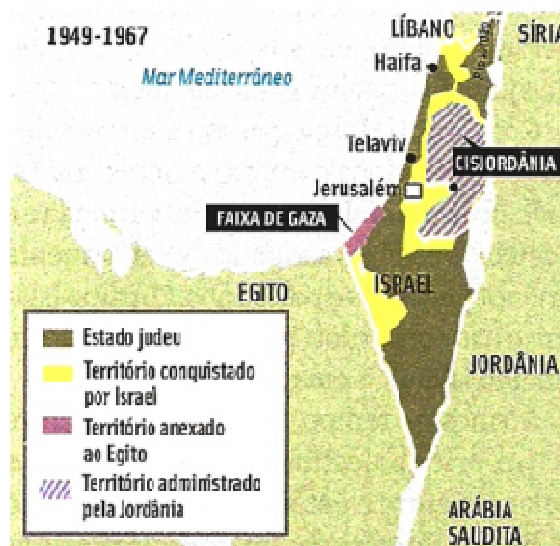


Fonte: Google Images

Com o final da Segunda Grande Guerra, a Inglaterra está em ruínas e não tem condições de continuar controlando a região. Em 1947, a ONU (recém-criada), vota um plano para a partilha da Palestina em um país judeu e outro árabe. No ano seguinte, é decretada a criação do Estado Nacional de Israel em 14 de maio. No dia imediatamente após, os árabes declaram guerra aos israelenses, e são derrotados. Com isso, Israel avança sobre territórios palestinos, ocupando 22% a mais de território do que o previsto no plano da ONU. A cidade de Jerusalém, que ganharia status internacional, fica dividida entre Israel e Jordânia. Os palestinos, bombardeados, fogem e abrigam-se em campos de refugiados na Jordânia e no Líbano.

No ano de 1950, a ONU cria o UNRWA, serviço para assistir os refugiados da Palestina, dando a eles acesso a moradia, alimentação, vestuário, saúde e escola. Ainda que nos dois últimos quesitos tenha havido melhoras, o fundo não obteve maiores sucessos pela falta de verbas. Os campos se caracterizam pela extrema miséria e os refugiados não tem permissão para entrar em Israel. Neste mesmo contexto, começa a emergir, na Universidade de Beirute, um movimento liderado por intelectuais e estudantes, o que se tornaria o embrião do Movimento de Resistência Árabe. Dez anos depois, é assumido o fracasso da tentativa da libertação da Palestina por um movimento unido dos países árabes, liderado pela Síria e pelo Egito. Em 1964, cria-se a OLP, Organização para a Libertação da Palestina, além da criação de academias militares para treinamento de soldados palestinos e o fundo nacional de financiamento.

APÓS A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA



Fonte: Google Images

Em 1967, tem início a Guerra dos Seis Dias, na qual Israel em guerra contra o Egito ocupa a península do Sinai, a Cisjordânia (que estava em poder da Jordânia), a Faixa de Gaza e o sul da Síria. Mais uma vez, campos de refugiados são construídos. Em desacordo com as resoluções da ONU para que os refugiados pudessem retornar a seus antigos lares, Israel não permite a volta dos palestinos aos territórios que ocupou. Outra guerra eclode em 1973, a chamada Guerra do Yom Kippur, ou Dia do Perdão, para os judeus, atacando a área síria ao sul, onde se encontravam campos de refugiados palestinos. Mesmo com o fim da guerra e os acordos de paz assinados no ano seguinte, Israel não recuou na ocupação dos territórios.



Fonte: Google Images

Até agora vimos o conflito entre israelenses e palestinos. A seguir, apontamos a organização da resistência palestina.

Em 1952, na Universidade de Beirute (Síria), universitários começam a constituir o Movimento Nacional Árabe, para combater de alguma forma a opressão israelense. Também nos dois anos seguintes combatem também a política da ONU em relação aos campos de refugiados e os planos de integração econômica.

Dez anos depois, em 1962, os palestinos reconhecem que devem lutar sozinhos por sua autonomia. Lembremos que, até então, os países árabes (Egito, Síria, Líbano) formavam uma espécie de Liga Árabe, marcada por um discurso radical, apoiando a Palestina contra Israel. Neste sentido, é criada em 1964 a OLP (Organização pela Libertação da Palestina) para formar um exército treinado e um fundo de financiamento para a militarização. Dirigida por um presidente subordinado a um conselho, a OLP sai derrotada na guerra de 1967 por despreparo militar.

Já no ano de 1969, Yasser Arafat é eleito presidente da OLP, propondo a criação de uma nação laica para os judeus, cristãos e muçulmanos. Rejeita as resoluções da ONU para refugiados em campos, por entender que se tratavam de assentados e não de refugiados. Desenvolvendo a política e as relações externas, Arafat consegue levar os palestinos a vitória na guerra do Yom Kippur em 1973, atraindo os olhos da comunidade internacional.

Não só por isso, a região começa a ganhar mais atenção no cenário internacional. A região do Oriente Próximo, onde estão Israel e Palestina, é produtora de grande parte do petróleo do mundo, e após a guerra, os países árabes começam a boicotar as potências ocidentais, que se utilizam do mineral como combustível. Arafat cresce mais e torna-se em 1974, representante

legítimo da Palestina em âmbito internacional pelo discurso que faz na sede da ONU, enfatizando que o Estado palestino será democrático, tendo como lema “justiça, igualdade e fraternidade”.

Igualmente relevante é verificar como outros países que não Israel e Palestina se inserem no conflito. O Egito é um deles. Governado por Gamal Nasser, tinha um forte ideal árabe e anti-comunista radical, se colocando contra Israel. Na Guerra do Yom Kippur (1973), Egito perde a península do Sinai para Israel e só será recuperada pelo Acordo de Camp David (1978), mediado pelos Estados Unidos, prevendo também soluções para a questão palestina; soluções estas que foram desprezadas pelos árabes por não estarem inseridos no diálogo de em que condições se daria a resolução do conflito. Com o Líbano não foi diferente. Usado como base de operações palestinas, sofre duas invasões maciças de Israel em 1978 e em 1982, que pretendiam desmantelar os campos e as bases palestinas lá existentes. O que se segue é um massacre, tanto de militares quanto de civis, a ponto de organizações de vários países mediarem acordos para que o conflito cessasse.

Em 1984, Arafat se alia ao rei Hussein da Jordânia, propondo a saída de Israel dos territórios ocupados. Três anos mais tarde, após o atropelamento de palestinos por um caminhão do exército israelense provocam a Intifada, ataque de crianças e adolescentes com paus e pedras ao exército de Israel, reação violentamente reprimida, causando choque internacional, do qual a nação judaica não se retrata.

Ano seguinte, 1988, a OLP decide aceitar, após quarenta anos, o plano de proposição da ONU, e reconhece Israel como Estado soberano, proclamando também o Estado independente da Palestina, participando de conferência internacional da paz, em Genebra, na Suíça. Cinco anos mais tarde (1993), após um longo tempo de negociação, o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin e Yasser Arafat assinam uma declaração dando autonomia palestina a Faixa de Gaza, primeiro passo nas negociações de paz entre os dois países, o que é interrompido pelo assassinado de Rabin por um extremista judeu. Arafat morre dez anos mais tarde, ainda sem ver concretizada a paz entre palestinos e judeus. O conflito porém, marcado o tempo todo por tensões, promove uma paz instável. Israel retira seus assentamentos da Faixa de Gaza em 2005, mas volta a atacar palestinos no local em 2008, cessando fogo no ano seguinte, devido a ascensão do presidente Obama nos EUA, procurando evitar incidentes diplomáticos.

Como pudemos verificar aqui, o conflito é bastante recente, e tem intervalos muito curtos entre ofensivas dos dois lados. A disputa está longe de ter seu fim, infelizmente, pois não se trata apenas de uma demarcação de terras palestinas e israelenses. Existem fatores sociais, culturais, religiosos, políticos, econômicos que interferem na questão, e eles não são de resolução imediata.

Cabe a nós resolver o problema? Certamente não.

O que nos cabe é refletir sobre a questão, procurando esmiuçar seus vários lados, entendendo a multiplicidade e a complexidade de fatores que cercam o mundo político, cultural e social.

Referências Bibliográficas:

SALEM, Helena. 1990. O Que é Questão Palestina. São Paulo, Brasiliense.

PAZZINATTO, Alceu e SENISE, Maria Helena. 1998. História Moderna e Contemporânea. São Paulo, Ática.